



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006845-77.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Habilitação de Crédito - Recuperação judicial e Falência**
 Requerente: **ELISANGELA ASSIS DOS SANTOS**
 Requerido: **OPTO ELETRONICA SA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de pedido de habilitação de crédito trabalhista, movido por **ELISANGELA ASSIS DOS SANTOS**, nos autos de recuperação judicial acima epigrafados. Alega, em resumo, que é credora das impugnadas no valor de R\$ 12.682,64, consoante certidão expedida pela 1ª Vara do Trabalho de São Carlos. Pede a inclusão do seu crédito de ordem preferencial. Juntou documentos às fls. 03/05.

As recuperandas não se opõem ao pedido (fl. 09).

A requerente juntou documentos e fez esclarecimentos (fls. 15/19 e 27/30).

O Administrador Judicial se manifestou (fls. 36/38), juntando parecer do perito contábil, opinando pela inclusão do crédito trabalhista no valor de R\$ 9.021,00, ressaltando a desconsideração do FGTS.

O Ministério Público, às fls. 42/43, aquiesceu com o entendimento do Administrador Judicial.

Sobreveio decisão de fls. 44/45 com o entendimento deste juízo no sentido de que os valores referentes ao FGTS devem ser habilitados nos autos da recuperação judicial.

Concedido prazo para a autora atualizar seus créditos, que se mostravam excessivos, esta se manifestou à fl. 48 e posteriormente às fls. 60/62, a fim de prestar esclarecimentos ao administrador judicial, declarando que o valor atualizado de seu crédito é de R\$ 11.808,70.

Sobreveio manifestação do Administrador judicial com a devida juntada de manifestação do perito contador às fls. 85/87, discordando do valor declarado pela autora e considerando correto o valor de R\$ 11.021,00.

O Ministério Público, à fl. 91, concordou com a habilitação do crédito nos parâmetros estabelecidos pelo contador judicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Instada a se manifestar a autora concordou com o cálculo apresentado pelo Administrador Judicial (fl. 95).

É o Relatório.

Decido.

A dívida se mostra evidente, sendo que restou incontroversa a questão da extensão do débito.

O administrador judicial trouxe aos autos laudo técnico observando a posição deste juízo no que tange à inclusão do FGTS, nos termos da decisão de fls. 44/45. O artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/05, estabelece a data da propositura da ação de recuperação judicial como termo limite para a atualização monetária dos créditos, o que foi observado.

Inclusive há aquiescência do fiscal da ordem jurídica e da autora, sendo o que basta.

Desta forma, o crédito aqui discutido deverá ser classificado como privilegiado, nos termos do art. 83, inciso I, da Lei 11.101/05.

Ante ao exposto, **DEFIRO A HABILITAÇÃO** do crédito trabalhista privilegiado em favor do **ELISANGELA ASSIS DOS SANTOS**, no valor de R\$ 11.021,00, tendo como devedoras "Opto Eletrônica S/A" e "Artec Indústria E Comércio De Lentes Ltda", cujo pagamento obedecerá aos prazos e critérios determinados no plano de pagamento.

Providencie, administrador judicial a inclusão/retificação na relação de credores.

Cientifique-se o MP e certifique-se esta decisão nos autos da recuperação judicial.

Com o trânsito em julgado, ao arquivo eletrônico.

P.I.

São Carlos, 10 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**